

Varig e TAM: o desafio de unir os contrários

Agliberto Lima/AE - 31/3/2003

Até mesmo as versões de como surgiu a idéia da fusão são contraditórias

LUIZ MAKLOUF CARVALHO
Especial para o Estado

Um belo dia, preocupado com a difícil situação da Varig, para quem já tinha prestado consultoria, o economista e professor-doutor da Unicamp, Luciano Coutinho, foi procurar o ministro da Casa Civil, José Dirceu. E lhe ofereceu, na bandeja, o que achava – e ainda acha – ser a solução para o problema da Varig: a fusão com a TAM. O ministro mostrou-se cético, mas disse ao economista que procurasse o ministro da Defesa, José Viegas. Assim foi feito e assim a idéia da fusão prosperou. Varig e TAM contrataram o Banco Fator, e o Banco Fator contratou Luciano Coutinho como consultor da operação. Essa é uma versão da fusão – agradável aos dois ministros, ao economista e às demais partes interessadas.

Mas há outra. Em 14 de maio passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, em audiência, o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, e o economista e consultor Paulo Rabello de Castro, autor de um Plano de Recuperação Ampla (PRA) da companhia aérea, a contrato da Associação dos Pilotos da Varig (Apvar). A pauta era específica: o presidente queria ouvir as idéias de Castro sobre uma possível renegociação global da dívida externa da América Latina. Castro iria expô-las, mas avisou a Pimentel que lá pelas tantas mudaria de assunto. Pimentel saiu antes. O presidente passou a ouvir, de Castro, o plano para salvar a Varig.

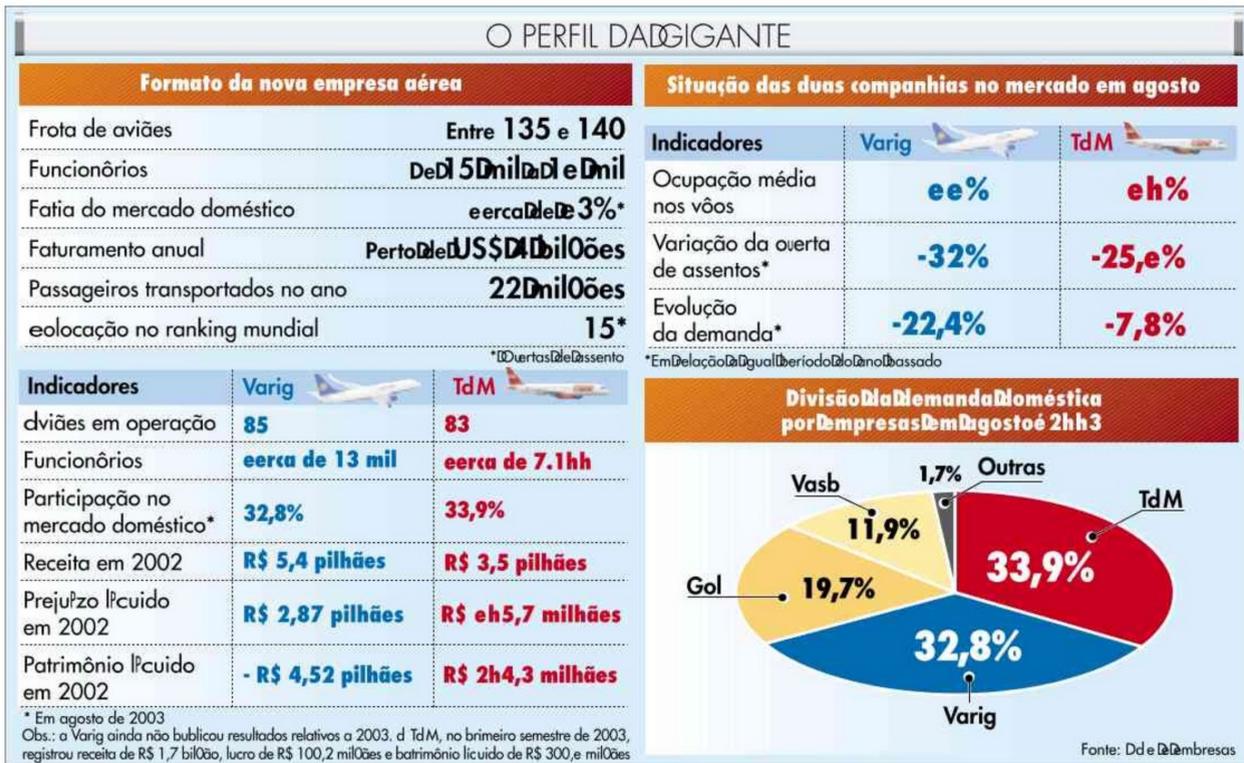
Ao mesmo tempo em que vendia seu peixe, o consultor desqualificava a proposta do Banco Fator e de Coutinho, já em pleno andamento. Disse ao presidente que a fusão quebraria a previdência complementar dos funcionários da Varig, o Aerus. Interessado na solução de Castro e preocupado com essa suposta consequência no Aerus, o presidente ligou para o ministro Viegas e pediu que ele aguardasse o economista. A versão é do próprio Rabello de Castro, contada com ênfase a dirigentes sindicais da Varig. Com ênfase e com um adendo: ao saber que Viegas ficara simpático à proposta, o ministro da Casa Civil o enquadrou, determinando que desse prioridade à fusão. Viegas nega. Recebeu Castro, sim, mas em outra ocasião e sem comprometer-se.

Versões e obscuridade é o que não faltam nessa guerra de foice no escuro pelo futuro das duas companhias aéreas. Coutinho tem dito a amigos que, se imaginasse o tamanho da encerrança, não teria aceitado o que considera um desafio. Já que aceitou, e não é sujeito de perder parada, continua acreditando que a fusão é a única solução possível e sólida para salvar a Varig.

Versões – Números à parte, já que cada lado os interpreta a bel prazer, o argumento primeiro do Banco Fator é que a Varig está irremediavelmente quebrada – e em situação muito pior do que revelam os números até aqui divulgados. O patrimônio líquido negativo é maior do que os R\$ 4,5 bilhões anunciados no balanço do ano passado, o déficit de caixa vai a US\$ 20 milhões mensais e o volume das dívidas em atraso com os fornecedores encosta nos US\$ 400 milhões.



Contradições na fusão: 'A TAM está pior do que a Varig', diz um representante de funcionários. 'A Varig está quebrada', afirma outro



Não quebrou, ainda, a ententimento do Fator, porque alguns dos grandes credores, confiantes na fusão e nos recursos que o BNDES poderá injetar, estimados em US\$ 750 milhões, aceitaram botar o pé no freio e até a renegociar algumas grandes pendências. Nas projeções do Fator, a crise financeira não teria solução nem com uma improvável rentabilidade de 9% ao ano, nos próximos quatro anos.

As razões da Apvar e de Rabello de Castro são diametralmente opostas: a Varig voltou a operar no azul, os créditos judiciais que tem a receber equilibram o passivo, a conversão de créditos trabalhistas e previdenciários em ações vai permitir que o aporte de recursos do BNDES seja muito menor.

“Temos a simpatia dos credores e pelo menos um investidor da América Latina em condições de aportar US\$ 250 milhões”, diz o comandante Marcio Kasper Marsillac, vice-presidente de Apvar. O investidor tem nome e sobrenome, diz, citando-o, mas pede que não seja declinado. A exigência do Plano de Reestruturação Ampla é que a solução passe por uma governança corporativa sob controle dos trabalhadores, seja na Varig, seja na nova empresa que venha a ser criada.

Interesses – Para esse grupo, o plano que Coutinho diz ter nascido na sua cabeça, com o ceticismo do ministro Dirceu, tem o objetivo de entregar a parte boa da Varig para a TAM. Há dois interessados que dizem mais. O pri-

meiro é economista Bruno Rocha, dono da SR Rating, consultoria contratada pelas seis entidades sindicais de funcionários da Varig, entre elas a Apvar. O PRA é fruto da parceria entre a SR Rating e a GRC Finance, de Paulo Rabello de Castro.

Rocha considera que as seis entidades são o credor número um da Varig. Ele está falando das três associações que representam os pilotos, Apvar, APR (Rio Sul) e APN (Nordeste), e das outras três que representam os mecânicos de vôo, os comissários e os aposentados.

A Apvar, mais representa-

tiva e com um histórico de conflitos com a Fundação Ruben Berta fala, somente, pela metade dos 1.200 pilotos da Varig. Parte da diretoria é composta por comandantes demitidos, que lutam na Justiça pela reintegração, com algumas vitórias. Como a companhia já devolveu 40 aeronaves, o fantasma de muitas demissões é recorrente. Já se falou em 6 mil. Em seu último comunicado interno aos funcionários, a Fundação fala em 2.500.

A Apvar lamenta o racha que existe com outros sindicatos do setor aéreo. O mais desgastante é com o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) – que é contra o PRA

e defende, como solução, que o governo salve a companhia com aqueles “empréstimos de mãe”, para usar uma expressão de Marsillac.

Acusações – Recentemente, o SNA acusou a Apvar de usar lições “goebellianas” na divulgação do PRA – por ter mentido em relação à existência do investidor estrangeiro misterioso. O Sindicato Nacional dos Aeroviários também é contra o plano de Rocha e de Rabello de Castro. As duas Federações do setor – sim, são duas, ambas ligadas à CUT – também, não se entendem. A CUT propriamente dita ainda não declarou posição. A Força Sindical apóia o PRA. Seu presidente, Paulo Pereira da Silva, pediu ao presidente da República que desse ouvidos à proposta.

“A situação da TAM é pior do que a da Varig”, diz Bruno Rocha em nome das entidades que o contrataram, afirmando que o último balanço da TAM “foi maquiado do início ao fim”. Para ele, “a TAM quer se salvar com o dinheiro barato do governo, usando a Varig”.

Rocha já declarou à imprensa, sem prova alguma, que a fusão, se concluída, “será o primeiro escândalo do governo Lula”. Ninguém o processou. Agora ele diz: “Ou há muita ignorância sobre a verdadeira situação da TAM, no que não acredito, ou a proposta do Banco Fator está cheirando mal”. Instado a ser mais específico, não foi: “Se eu falar, eu vou preso.”

Mais preocupação – Outro que ainda preocupa é Yutaka Imagawa, ex-presidente

de do Conselho de Curadores da Fundação Ruben Berta, e acionista majoritária da Varig. Contra a fusão, Imagawa foi afastado com o voto da absoluta maioria dos 220 conselheiros. Ele e seu grupo continuam lutando para voltar, inclusive judicialmente.

Na luta interna que pretende acabar com a sua influência dentro da Fundação, no momento residual, Imagawa foi alvo de uma maldade planejada. Ela ocorreu na assembleia geral de 2 de agosto último. Um dos conselheiros, a pretexto de defender Imagawa, questionou se eram mesmo verdadeiras as acusações não comprovadas da má gestão.

Já com a bala na agulha, o presidente da Variglog deu play no projetor. A platéia assistiu, estupefata, a exibição de cenas filmadas pelo sistema da segurança da empresa, na sede de São Paulo. Imagawa entrava e saía da companhia, supostamente levando documentos, acompanhado do empresário e amigo pessoal Rocha Lima, o Rochinha, ex-presidente da ECT no governo Sarney e, por ironia, o criador da Variglog. “Não dei importância, pois faz parte do caráter desse pessoal”, disse Imagawa.

Mudanças – Luciano Coutinho teve papel estratégico na mudança de correlação de forças da Fundação – hoje majoritária e solidamente fusionista, em que pesem as ações judiciais concretas ou potenciais dos minoritários, sempre uma ameaça incômoda.

Um bom exemplo é o da Interunion Capitalização, a do Papa Tudo, em processo de liquidação pela Superintendência de Seguros Privados. Tem 7,9% das ações da Varig – é o maior acionista depois da FRB –, o que lhe dá o direito legal de convocar assembleia gerais.

Foi o que fez o liquidante, Sebastião Pinto, depois de choramingar, por um ano, em busca de informações

que não vieram. Convocada para o último dia 30, a assembleia foi adiada.

A versão da Apvar é que a direção da Susep, pressionada, instou Pinto a descredenciar o escritório de advocacia que representa a Interunion. O interventor nega a pressão, mas não economiza críticas à “falta de transparência do processo”.

“Nós, como acionistas minoritários, estamos perdidos”, diz. “A Varig está empurrando com a barriga.” Pinto aguarda as informações. Se elas não vierem, ameaça entrar na Justiça Circular, no Fator, a informação de que o liquidante é amigo de Paulo Rabello de Castro. Procurado, Castro não deu retorno.

Foi importante, na estratégia que objetiva a fusão, o relato circunstanciado do Banco Fator na assembleia de 30 de abril – a que formalizou a apoio à proposta, se cumpridos determinados critérios. O representante do Banco detalhou a situação precária da Varig, enfatizando, textualmente, o “risco de colapso”.

Intervenção – A oratória de Coutinho foi no mesmo sentido, com um adendo importante: o relato de uma intervenção do presidente de República, na véspera do carnaval.

A pressão de alguns credores, naquele momento dramática, levou o economista e alguns sindicalistas da Varig a procurarem o presidente, num sábado, na Granja do Torto. “Ficou estabelecido, pelo próprio presidente, que o BNDES deveria dar o suporte à operação, dar uma garantia, para que a empresa não entrasse em colapso.”

A Apvar e seus consultores leram a afirmativa como “pressão”. A assembleia entendeu como uma efetiva garantia de que o presidente da República estava pessoalmente interessado na solução proposta.

Registrou claramente esse entendimento em dois trechos do comunicado oficial emitido naquele dia. Um deles diz: “Confiando naquilo que nos foi dito sobre o seu comprometimento pessoal e de governante com a solução do problema, esperamos, agora, a adequada retribuição do governo de V. Exa., determinando ao Banco do Brasil, à BR Distribuidora e ao BNDES uma clara e inequívoca demonstração de apoio à efetiva recuperação da Empresa, por meio da liberação concreta dos recursos necessários para o seu adequado funcionamento até que se ultimem as providências para a fusão e celebração dos respectivos instrumentos jurídicos.”

O informante, por óbvio, era Coutinho, preenche de informações e garantias sobre o interesse do governo naquela solução. É do conhecimento do Banco Fator e do economista que o presidente do BNDES, Carlos Lessa, em duas cartas ao ministro Viegas, da Defesa, manifesta simpatia pela proposta de fusão, desde que contempladas determinadas condições.

Mas há, além do “desde que” de Lessa, sugestões concretas de como poderia ser viabilizado o dinheiro novo que a nova empresa, se criada, vai precisar. Para os interessados na fusão, essas cartas representam um aval do comprometimento do BNDES na sugestão que passou por Dirceu, Coutinho e Viegas.

Lessa informa, via assessoria, que o BNDES não tem uma posição definida sobre qualquer das propostas. O PRA, entregue pela Apvar, está sendo analisado. A proposta da fusão, como ainda não chegou, terá a sua vez.

O que está claro, para o BNDES, segundo Lessa e o vice-presidente Darc Antônio da Luz Costa, é que os trabalhadores devem ser contemplados, de alguma maneira, e que existam garantias sólidas de que o dinheiro novo a ser emprestado seja efetivamente pago.